

**GÊNERO, AUTONOMIA ECONÔMICA E *EMPODERAMENTO*. O REAL E O
APARENTE:
SISTEMATIZAÇÃO DE PROCESSOS DE INVESTIGAÇÃO-AÇÃO E/OU DE
INTERVENÇÃO SOCIAL**

Maria de Lourdes N. Schefler¹

Resumo

Neste trabalho, retomo o conceito e a estratégia de transversalização de gênero nas políticas públicas, por meio de uma análise direcionada às políticas sociais de combate à pobreza rural que contemplam mulheres no Estado da Bahia, Brasil. Tomando o *empoderamento* em referência ao processo de conquista da autonomia das mulheres sob a ótica do projeto político feminista, discuto a incorporação deste conceito por órgãos governamentais, pontuando as implicações práticas e os limites à emancipação política das mulheres na implementação destas políticas. Para tanto, lanço mão de evidências, frutos de observações registradas no curso da minha trajetória nestes âmbitos, buscando identificar possíveis clivagens nas concepções de *empoderamento* defendidas pelo feminismo e praticadas naqueles contextos.

Palavras-chave: Transversalidade de gênero. Políticas públicas. Empoderamento.

Abstract

In this work I rework the concept of gender and the strategy of gender mainstreaming in public policies, by means of an analysis of public policies to combat rural poverty directed to rural women in the State of Bahia, Brasil. Taking *empowerment* in reference to the process of women gaining greater autonomy, under the perspective of the feminist project, I discuss the incorporation of this concept by governmental organs, looking at the practical implications and limits to the political emancipation of women in the implementation of these policies. For that purpose, I present evidence, obtained from long-term observations registered on the course of my trajectory working for governmental organs in Bahia. I aim at identifying cleavages between feminist understandings of empowerment and how the concept is used by such organisms.

Keywords: Gender mainstreaming. Public policies. Women's empowerment.

¹ Maria de Lourdes Novaes Schefler possui graduação em Ciências Sociais, mestrado em Geografia e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Interdisciplinar Sobre a Mulher (NEIM), técnica pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Geografia dos Assentamentos Rurais e vice-presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Planejamento Agrícola, atuando, principalmente, nos seguintes temas: gênero, mulheres, trabalhadoras rurais, movimentos sociais e agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

No presente texto, me apoio em experiências por mim vivenciadas na formulação e implementação de políticas públicas no mundo rural, para discutir sobre as persistentes barreiras à efetiva adoção da perspectiva de gênero nas práticas dos programas governamentais. Neste caso, aprendi com as pensadoras feministas que as relações de gênero são um aspecto de relações sociais mais amplas e, como todas as relações sociais, são constituídas por meio de regras, normas e práticas pelas quais recursos são alocados, tarefas e responsabilidades são designadas, valor é dado e poder é mobilizado, que “as relações de gênero não operam em um vácuo social, mas são produtos das maneiras pelas quais as instituições são organizadas e se reproduzem ao longo do tempo” (KABEER, 2013, s.p.).

Tomo como referência empírica experiências de mulheres que sobrevivem da produção familiar e beneficiamento da mandioca, em comunidades rurais do estado da Bahia, Brasil, organizando-se associativamente para a exploração da atividade. A observação destes processos revela situações de autonomia econômica das mulheres combinando *empoderamento* e *desempoderamento*, tanto nos espaços privados como nos espaços públicos, conduzindo-me aos seguintes questionamentos: Como vem sendo operadas as noções de transversalidade de gênero e empoderamento no âmbito das políticas de combate à pobreza e que deslocamentos de sentido promovem? Em que medida o empoderamento seria uma consequência natural e direta da inserção produtiva e laboral das mulheres ou em que medida situações de dependência econômica e subordinação da mulher se condicionam reciprocamente?

A reflexão em torno destas questões me reportam, necessariamente, à análise de como as desigualdades de gênero são entendidas e (re)produzidas pelas instituições que detêm o controle das políticas públicas no meio rural. Compreender os obstáculos que se colocam no caminho do projeto feminista é o objetivo deste trabalho, que tem como preocupação central refletir sobre o que, de fato, resulta das políticas de combate à pobreza, no tocante ao empoderamento das mulheres.

O texto se estrutura a partir de três eixos que considero ilustrativos do projeto feminista de autonomia das mulheres, levando em conta a sua incorporação teórica e a efetiva aplicabilidade às políticas públicas: equidade social, transversalização de gênero e empoderamento. Início situando a emergência do conceito de transversalidade de gênero no marco da história do pensamento feminista. A seguir, localizo, no quadro político atual, as preocupações do Estado – inclusão social, combate à pobreza e conquista da cidadania –, para situar o deslocamento de sentidos no uso da noção de empoderamento, em confronto com as abordagens feministas, que privilegiam a dimensão política deste conceito. Por último, parto de evidências empíricas para discutir os limites à consecução do empoderamento das mulheres, na ótica do projeto feminista.

Espero contribuir, sobretudo, com os/as formuladores/as e implementadores/as das políticas públicas, adeptos/as da incorporação desta perspectiva, no reconhecimento de como as desigualdades de gênero são encobertas e (re)produzidas pelas instituições que operam estas políticas.

O PROJETO FEMINISTA E A PERSPECTIVA DE TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: CERCANDO “O ABISMO”

Início recuperando a emergência do conceito de transversalidade de gênero e os debates feministas sobre o lugar das mulheres no desenvolvimento, para evidenciar os caminhos percorridos pelo pensamento feminista na afirmação de seu projeto político e o que tem resultado da aplicabilidade deste projeto no contexto das políticas públicas. Análises recentes das quais partilho reconhecem os limitados, porém importantes, ganhos adquiridos em mais de quarenta anos de persistente construção do projeto feminista, mas, também, o enorme “abismo” entre as aspirações feministas por mudanças sociais e o que tem resultado da incorporação da perspectiva de gênero nos diferentes contextos institucionais (CORNWAL; HARRISON; WHITEHEAD, 2013).

A literatura disponível sobre o tema gênero e desenvolvimento revela que, até a década de 1970, não existem registros sobre o reconhecimento da mulher no desenvolvimento econômico e sua posição neste processo. As mulheres eram desconsideradas ou subsumidas na unidade familiar, partindo-se do pressuposto de que o

desenvolvimento beneficiaria a todos de maneira igual². Os primeiros estudos críticos desenvolvidos neste campo demonstraram que as políticas de desenvolvimento se pautavam em valores de uma ordem patriarcal, principalmente em noções ocidentais de domesticidade feminina e a partir de uma perspectiva assistencialista, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades sociais entre homens e mulheres. Tais abordagens, identificadas com o “enfoque do bem-estar” sofreram severas críticas das primeiras defensoras da inclusão das mulheres nos programas de desenvolvimento, conhecido como Mulheres em Desenvolvimento (MED) – *Women in Development* (WID) –, por identificarem as mulheres, primordialmente, com a reprodução, ignorarem seu papel na produção além de não considerar os efeitos adversos destes processos para as mulheres, argumentando, assim, a favor da *igualdade de oportunidades* para as mulheres no processo de desenvolvimento. A I Conferência Internacional da Mulher, realizada na Cidade do México, em 1975, deu origem a um Plano de Ação cuja meta principal foi *integrar* as mulheres ao processo de desenvolvimento reconhecendo-as como agentes da produção e sujeitos de direitos.

Os primeiros programas *dirigidos às mulheres* resultam, pois, tanto da crítica às abordagens do “bem-estar” como do enfoque MED. A este respeito Sardenberg (2010, p. 41) ressalta que, conquanto não tenha produzido mudanças na vida das mulheres, o enfoque MED favoreceu a produção de pesquisas e estudos críticos que possibilitaram avanços teóricos significativos neste campo do conhecimento. Na esteira das mudanças verificadas nos paradigmas científicos, tais avanços implicaram em profundos deslocamentos verificados não só nas abordagens do desenvolvimento como no campo dos estudos feministas. No primeiro caso, implicou a substituição do modelo de desenvolvimento hegemônico – de corte economicista, pautado na teoria da modernização, com ênfase no progresso e no crescimento econômico – para uma concepção de desenvolvimento sustentável. Nos estudos feministas, verificou-se a mudança da ênfase da temática da mulher para a problemática de gênero.

² Sardenberg (2010, p. 41) ressalta que o estudo crítico de Ester Boserup (1970) sobre o papel da mulher no desenvolvimento trouxe importante contribuição às discussões e questionamentos neste campo e provocou mudanças nas políticas internacionais de desenvolvimento lideradas por agências da Organização das Nações Unidas e outras instituições afins.

O conceito de gênero surge como contestação ao determinismo biológico e como instrumento de “desnaturalização” das desigualdades entre os sexos, das identidades sexuais, da divisão sexual do trabalho e das assimetrias/hierarquias sociais com base no sexo, demonstrando a sua historicidade e, assim, a possibilidade da sua transformação e transcendência, o que tem emprestado ao construto gênero, para além dos avanços teórico-metodológicos, uma conotação prático-política: a de se prestar como instrumento científico de legitimação das lutas feministas (SARDENBERG, 1998). Entretanto, a autora chama a atenção de que:

[...] no plano teórico, o conceito de gênero não substitui a categoria social *mulher*, tampouco torna irrelevante pesquisas, intervenções e reflexões sobre mulheres enquanto um grupo social discriminado. Ao contrário, permite que se pense tal categoria como uma construção social, historicamente específica e, como tal construção, legitima a situação ‘real’ de discriminação, exploração, subordinação das mulheres. (SARDENBERG, 2010, p. 45, grifos da autora).

Os programas e projetos de ação na perspectiva de Gênero e Desenvolvimento (GED), voltados para a promoção econômica e social das mulheres, se fundamentam no fato de as mulheres ocuparem, hierarquicamente, posições subordinadas em relação aos homens (a nível simbólico e na prática social) retendo, conseqüentemente, menores parcelas de prestígio, privilégios e poder. O construto gênero diz respeito a um princípio universal organizador tanto do mundo exterior (o “social”, econômico, político) quanto do interior, ou seja, à construção das subjetividades e das identidades/diversidades. Gênero organiza e legitima não apenas a divisão sexual do trabalho e a construção de papéis sociais correspondentes, mas, também, a divisão sexual de direitos e responsabilidades, o acesso e controle sexualmente diferenciado a oportunidades de trabalho bem como a instrumentos e meios de produção, recursos e fontes de renda e de crédito, capital, conhecimento, educação, instâncias decisórias, etc... (SARDENBERG, 2010). Por força das ideologias de gênero e da conseqüente divisão sexual do trabalho, mulheres e homens se engajam em diferentes tipos de atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, tendo “fontes diferentes de renda e diferentes formas de acesso e controle dos recursos (materiais: terra, capital, ferramentas, tempo; e não-materiais: poder, conhecimento, educação)” (ANDERSON, 1997 apud SARDENBERG, 2010, p. 47, grifos da autora).

A Quarta Conferência Internacional da Mulher, em 1995, Beijing, China, aprovou a Plataforma de Ação propondo novas estratégias dentre as quais a incorporação do enfoque de gênero em todos os níveis – o *gender mainstreaming*, traduzido como “transversalidade de gênero” –, com o propósito de alcançar a equidade de gênero e promover o *empoderamento* das mulheres. Este documento enfatizou a questão dos direitos das mulheres enquanto direitos humanos, reconhecendo-se, finalmente, dentre eles, os seus direitos sexuais e reprodutivos. Além disto, definiu a equidade de gênero como uma questão de relevância para toda a sociedade – e não apenas de interesse para as mulheres – afirmando ser da responsabilidade dos governos dos países signatários a construção de uma sociedade mais justa, portanto, a necessidade de que os governos nacionais passassem a “integrar perspectivas de gênero na legislação, nas políticas públicas, nos programas e projetos”.

Seu objetivo é garantir a incorporação da melhoria do status das mulheres em todas as dimensões da sociedade – econômica, política, cultural e social – com repercussões nas esferas jurídicas e administrativas, incidindo em mudanças imediatas relativas à remuneração, ao acesso à segurança social, ao acesso à educação e à saúde, à partilha de responsabilidades profissionais e familiares, além da busca de paridade nos processos de decisão. A Plataforma de Beijing também trouxe à tona um tema de pouca visibilidade até então: a relação entre gênero e pobreza e a conseqüente necessidade de medidas para atender à especificidade da condição social das mulheres na pobreza, com base no entendimento de que a pobreza fragiliza a cidadania feminina e impede as mulheres de assumirem ações políticas, interferências institucionais e legais para modificar sua condição, além de constituir um entrave à superação do ciclo intergeracional da pobreza (BANDEIRA, 2005, p. 51).

As políticas de equidade de gênero, como quaisquer outras políticas de direitos humanos, são conquistas sociais que implicam em uma redistribuição de privilégios, logo, os programas e projetos específicos para mulheres bem como as políticas compensatórias que incluam as mulheres são instrumentos institucionais que propiciam as condições para uma efetiva igualdade de gênero, contribuindo, assim, para *empoderar* as mulheres. Sardenberg adverte que “a adoção da transversalização como uma estratégia requer que se defina o que se quer transversalizar e o que se espera obter com isso” (2010, p. 49). A

noção de equidade de gênero, sob este enfoque, reconhece que as diferenças entre os sexos são transformadas, na prática social, em desigualdades de gênero, pressupondo a transformação destas relações.

Sugere a autora (2010, p. 54) que a obtenção de sucesso na conquista da equidade de gênero mediante processos de transversalização requer o desenvolvimento de iniciativas em duas direções: tanto no que se refere à incorporação sistemática da perspectiva de gênero em todos os componentes de uma estrutura, quanto no sentido de assegurar que esta perspectiva se incorpore à matriz estrutural, ao coração de uma ação política. Ressalta, entretanto, que não se trata de estratégias diferentes, mas sim de níveis e âmbitos distintos de abordagem. Esta segunda via pressupõe a transformação da agenda de desenvolvimento, o que requer a análise das desigualdades de gênero entre homens e mulheres, na perspectiva de que as relações de gênero estão articuladas às relações de classe e raça/etnia, entre outras dimensões, criando contextos específicos de desigualdades. A transversalidade de gênero sob esta visão consiste na reorganização, melhoria, desenvolvimento e avaliação de processos de decisão em todas as áreas políticas e de trabalho de uma organização. O objetivo é incorporar a perspectiva das relações de gênero em todos os processos de decisão e fazer com que todos sejam úteis à igualdade de oportunidades

A observação desses processos tem evidenciado que, conquanto a incorporação sistemática da perspectiva de gênero aos componentes de uma estrutura seja politicamente mais aceita, em detrimento de posições mais radicais de transformação das estruturas, qualquer caminho que vise assegurar a incorporação institucional desta perspectiva se apresenta carregado de obstáculos e tensões. Para os movimentos feministas, torna-se cada vez mais imperiosa a necessidade de definição de critérios claros de governabilidade bem como a identificação de estratégias e mecanismos que possam, de fato, superar as resistências no próprio âmbito da administração pública. Tais resistências se manifestam e se reproduzem em todas as escalas de decisões, fato presente, inclusive, em projetos e programas de cooperação internacional nos quais a incorporação da perspectiva de gênero ainda se mantém no plano teórico, conforme avaliado pela crítica feminista:

[...] em muitos desses projetos o tema gênero só é manejado em função de cumprir um requisito das financiadoras, sem existir em absoluto um convencimento sobre a importância da sua aplicação fora do uso

utilitarista de ‘melhorar a eficiência dos projetos’. Poucos são aqueles que aceitam o desafio de iniciar uma mudança em sua visão de desenvolvimento, saindo de um esquema baseado somente em aspectos econômicos e produtivos e adotando, ao invés, um esquema mais humano e sustentável. (SELAYA, 1997, p. 27 apud SARDENBERG, 2006, p. 68).

Depoimentos deste tipo revelam situações recorrentes em diferentes contextos institucionais que dizem incorporar a perspectiva de gênero a suas políticas. No Brasil, conquanto persistam as “políticas públicas cegas a gênero”, observa-se a ampliação das “políticas sensíveis a gênero”. Estas, entretanto, têm sido alvo de duras críticas dos movimentos feministas, pelo uso de gênero no plano textual ou meramente retórico, distanciando-se, nas práticas sociais, dos objetivos do feminismo. Nas políticas públicas formuladas e dirigidas às mulheres rurais, por exemplo, verificam-se as abordagens tradicionais que privilegiam o bem-estar e a igualdade de oportunidades para as mulheres, não contemplando, necessariamente, a perspectiva de gênero.

A este respeito, Bandeira, (2005, p. 47) esclarece sobre o que difere entre as políticas públicas de gênero e as políticas públicas para as mulheres. Estas trazem uma perspectiva restrita, pontual, de menor abrangência, atendendo a demandas das mulheres, mas sem instaurar uma possibilidade de ruptura com as visões tradicionais do feminino. As políticas públicas de gênero, ao contrário, apresentam uma perspectiva relacional e crítica, que considera a diversidade dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, levando em conta, igualmente, a natureza dos conflitos e das negociações produzidos nas relações interpessoais que se estabelecem entre homens e mulheres e, internamente, entre homens ou entre mulheres e, ainda, envolvem a dimensão da subjetividade feminina que passa pela construção da condição de sujeito e tem como objetivos o empoderamento.

AS POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA E OS MÚLTIPLOS SENTIDOS DO EMPODERAMENTO

O Brasil, como toda a América Latina, atravessou a década de 1980 sob o impacto das ideologias neoliberais definidas na arena internacional, com ênfase renovada no crescimento econômico e nas forças do mercado. Após uma década de crise e de liberalização da economia e à medida que a crença nas potencialidades do mercado como

principal distribuidor de recursos se tornou insustentável, tem lugar a preocupação com o fator humano no desenvolvimento, observando-se a emergência de um novo paradigma institucional de políticas públicas, com destaque para a revalorização das políticas sociais, notadamente as de combate à pobreza e vulnerabilidade social nas quais as mulheres têm sido eleitas como público preferencial, assumindo posição estratégica na implementação de programas sociais.

Os movimentos feministas bem como os quadros de formuladoras de políticas de gênero no país têm se empenhado em traduzir a pobreza brasileira com um viés de gênero de forma a garantir políticas públicas para as mulheres, considerando a sua diversidade. A crítica feminista, por sua vez, tem denunciado o esvaziamento político no uso desta categoria de análise nos diferentes contextos. Sonia Alvarez (2000) diz que o gênero extrapolou os círculos de domínio feminista e passou a ocupar espaço nos mais diversos setores sociais e instituições estatais e isto, muitas vezes, se dá por formas variadas de tradução político-cultural, afastando-se das influências das teorias e práticas feministas e atingindo um nível de mera adição no vocabulário técnico de planejamento. Este deslocamento de sentido subverte a reivindicação dos movimentos feministas que entendem que a incorporação da perspectiva de gênero não se dá apenas por adição, mas, principalmente, por revisão dos fundamentos tradicionais (KABEER, 2013). Neste caso, apontamos generalizações que agora fazem parte do uso geral do tema ‘gênero e desenvolvimento’, destituindo o conceito de sua intenção política” (CORNWALL; HARRISON; WHITEHEAD, 2013)³. As autoras ressaltam que a luta por significado tem ocorrido em um cenário de discurso constantemente em mutação, a exemplo dos novos termos presentes no discurso atual do desenvolvimento como empoderamento, exclusão e cidadania, acrescentando que, neste processo, alguns aspectos da agenda de gênero são privilegiados e outros descartados, na medida em que os significados dissonantes são empurrados para fora da nova moldura.

No Brasil, a partir dos anos 1990, a linguagem do empoderamento tem presença garantida em grande parte da literatura acadêmica e textos institucionais que tratam de

³ Debates travados por teóricas feministas de vários continentes durante a realização do Workshop “Mitos de Gênero e Fábulas Feministas: reposicionando gênero em políticas e práticas de desenvolvimento” organizado conjuntamente pelo Instituto de Estudos de Desenvolvimento e o Departamento de Antropologia na Universidade de Sussex, em julho de 2003, financiado pelo DFID, SIDA e Ministério das Relações Exteriores da Suécia.

temas relacionados à pobreza. Sorj e Gomes (2011, p. 148) assinalam que empoderamento se integra a estes “novos conceitos” que se baseiam na ideia de investir nos sujeitos como indivíduos e na valorização da autonomia e do autodesenvolvimento.

O termo empoderamento, neologismo criado a partir da tradução do inglês *empowerment*, significa que as pessoas possam adquirir o controle de suas vidas, a habilidade para fazer coisas e definir suas próprias agendas. Ferramenta estratégica nas políticas de combate à pobreza, o conceito vem sendo orientado para a construção de sujeitos sociais e a conquista da cidadania, pressupondo-se que os indivíduos, através de suas organizações, devam atuar no espaço público em defesa de seus direitos sociais, influenciando as ações dos governos na distribuição dos serviços e recursos públicos. Sob estes usos, o termo tem sido crescentemente ressignificado, prestando-se à legitimação e controle de práticas dominantes muito diversas, não necessariamente empoderadoras, visto que despregado de seu conteúdo político. Assim, a questão essencial da abordagem de empoderamento – as relações de poder – é relegada a um segundo plano e deslocada do seu papel central nas práticas sociais e políticas para dar lugar a abordagens técnicas, instrumentais e predominantemente economicistas, que apagam ou camuflam as relações antagônicas e conflituosas de poder, omitindo o sentido de emancipação política dos sujeitos.

Sob a perspectiva da transversalização de gênero nas políticas públicas, a noção de empoderamento é geralmente significanda como “autonomia econômica da mulher”. Nas políticas dirigidas à agricultura familiar, o empoderamento da mulher rural se limita a criar condições de produção e renda para que esta contribua com a receita familiar. A este respeito Cornwall, Harrison e Whitehead (2013) comentam que, uma vez que as conotações das ações coletivas e das agendas transformadoras mais radicais são mudadas a favor da noção mais aceitável de transversalização, o empoderamento passa a traduzir “mulher como indivíduo ganhando um pouco mais de dinheiro”.

Para os movimentos sociais rurais, indistintamente, a autonomia econômica das mulheres constitui o primeiro passo para o seu empoderamento. A precariedade das condições de reprodução na agricultura familiar está na base da justificação deste argumento e da crescente pressão dos movimentos por serviços e investimentos públicos. Já os estudos feministas que relacionam gênero e pobreza argumentam que as transformações

no campo brasileiro envolvem tanto mudanças nas situações engendradas pela crescente penetração do capital na agricultura – restrições à terra, às condições de produção, de mercados e de maiores rendimentos para seus produtos –, como outras dimensões na vida das mulheres que se sobrepõem às relações especificamente econômicas e que questionam sua identidade e posição social.

Para o feminismo, o empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna das mulheres, garantindo-lhes autonomia no controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir bem como um rechaço ao abuso físico e às violações. A abordagem de empoderamento, portanto, não é neutra, é pré-condição para se obter a equidade social, representa um desafio às relações patriarcais e aos privilégios de gênero e, por conseguinte, admite relações de poder, oposições e conflitos e seus desdobramentos os quais podem desencadear processos de mudança reveladores de outras dimensões vividas pelas pessoas e grupos sociais. Segundo esta visão, o empoderamento compreende um processo da conquista da autonomia por parte das mulheres que tem aspectos tanto coletivos como individuais (LEÓN, 1997). O poder, aqui, é entendido na perspectiva foucaultiana como um poder relacional, disperso, positivo e produtivo, já que produz os corpos, os gestos, as ações, normatiza as condutas, define o lícito e o ilícito, incita a falar, perscruta, localiza, distribui, individualiza e classifica e gere a vida de todos e de cada um, individualmente, uma rede de relações que nos constitui, relações nas quais estamos imersos, como um jogo dinâmico em que ora somos os dominantes ora ocupamos o lugar dos dominados (FOUCAULT, 1979).

Pensando as especificidades das demandas das mulheres, as teóricas feministas buscaram precisar o conceito de empoderamento considerando as necessidades práticas e os interesses estratégicos das mulheres. As primeiras contemplam aspectos materiais e práticos requeridos para um adequado nível de vida e referidos à condição da mulher, enquanto os interesses estratégicos dizem respeito à posição ou ao status da mulher em relação ao homem. León (1997) ressalta o conceito de potencial transformador apresentado por Iris Young, que diz respeito à necessidade de interrelação destas dimensões da vida social da mulher consideradas de forma dinâmica, ou seja, as transformações na sua condição social podem se constituir em potencial transformador das relações de gênero ou das estruturas de subordinação, imprimindo-lhe um caráter político. Sob esta perspectiva o

empoderamento é concebido como um processo, portanto, à medida que alguma destas dimensões seja relegada, perde-se seu potencial transformador, podendo-se, inclusive, identificar situações simultâneas de empoderamento e desempoderamento, em suas múltiplas relações.

O CONTEXTO EM EVIDÊNCIA: MULHERES “EMPODERADAS”?

No Nordeste brasileiro, a grande maioria das mulheres que depende da agricultura familiar sobrevive em condição de vulnerabilidade econômica, sendo alvo de severas privações materiais e simbólicas acumuladas no curso de suas vidas e reproduzidas sob a forma de desigualdades e discriminações, inclusive, por parte das políticas públicas que, mesmo privilegiando as mulheres em seus discursos oficiais, não têm, efetivamente, se voltado para a perspectiva de gênero.

A produção da farinha, alimento da dieta básica dos brasileiros pobres, sempre foi e ainda é considerada uma atividade produtiva relevante na reprodução de famílias que sobrevivem da agricultura familiar. Este fato explica a atenção dispensada pelas políticas públicas à mandiocultura e o seu incentivo à busca de alternativas para o fortalecimento da base produtiva deste segmento social no Nordeste brasileiro. Nesta região, a cultura da mandioca sempre esteve voltada, predominantemente, para a produção de farinha – de domínio masculino, a despeito da participação das mulheres nesta atividade. Os demais subprodutos voltados para o consumo familiar, de menor valor agregado e considerados produtos secundários, tradicionalmente estiveram identificados com as atividades femininas. A crescente valorização mercantil de outros derivados da mandioca, a exemplo da produção de beijus, tem produzido mudanças no perfil desta atividade, absorvendo indistintamente homens e mulheres de diferentes idades e gerações. Este é o caso da comunidade de Onça onde a valorização do beiju⁴ – carro chefe do principal empreendimento produtivo comunitário – tem transformado a realidade local⁵. Aí, as

⁴ O beiju, também conhecido como “tapioca” em algumas regiões brasileiras é uma iguaria de origem indígena (tupi-guarani) feita com a fécula ou a goma seca da mandioca, também denominada polvilho, que é adicionado em um recipiente aquecido, até tomar o formato de uma panqueca.

⁵ A comunidade de Onça, objeto deste estudo, localiza-se no Município de Conceição do Coité, Território do Sisal, a 210 km da capital do Estado da Bahia, no denominado semiárido baiano.

mulheres, principais responsáveis pelo sucesso deste empreendimento, ocupam um lugar de destaque no provimento de recursos às famílias.

Nesse caso, a ampliação da produção e de acesso aos mercados se, por um lado, resultou no sucesso, na valorização da atividade e na conseqüente melhoria do padrão de vida das famílias, por outro, levou ao compartilhamento da atividade produtiva por homens e mulheres, tendendo à masculinização da atividade, com forte propensão à reprodução do domínio masculino no controle das decisões, dos recursos da família e do empreendimento associativo, mantendo-se o padrão hierárquico de gênero que é tradicionalmente muito desigual entre as famílias e comunidades camponesas.

Na região da Onça, o desenvolvimento da atividade da mandioca se fez mediante iniciativas de organização coletiva das famílias produtoras, capitaneada pelas mulheres “beijuzeiras”. A Associação Comunitária, fundada em 1987, após longo período de desarticulação e desmobilização, esteve prestes a ser desfeita. A partir da implantação de uma casa de farinha comunitária com dois fornos através de investimentos públicos⁶, a comunidade se organizou para produzir e captar recursos materiais e financeiros. Valendo-se do apoio de diferentes instituições governamentais e não governamentais, a associação ampliou a sua infraestrutura produtiva, dinamizou e diversificou as suas atividades, com a produção de beijus, tapiocas, biscoitos e sequilhos, além da tradicional farinha de mandioca. Com um quadro de 130 associados, dos quais 70% são mulheres, atualmente, vive um momento de franco crescimento produtivo ocupando, entre a produção agrícola, o transporte, o beneficiamento e a comercialização do produto, mais de 300 famílias. Esta perspectiva de crescimento encontra respaldo no volume de negócios já realizados pela Associação, não só em feiras e mercados regionais e da capital do Estado como através de contratos com Prefeituras da Região e com programas do Governo Federal⁷. Segundo depoimento do atual presidente da Associação: “Existe uma demanda reprimida pelos produtos da Associação, por isso tem margem para crescimento da produção local”.

A formação das associações de mulheres “beijuzeiras”, sem dúvida, provocou grandes mudanças na região da Onça: a) favoreceu o desenvolvimento de uma prática

⁶ A Comunidade de Onça é beneficiária de um Programa Governamental financiado com recursos do Banco Mundial e do Governo do Estado (Programa Produzir).

⁷ Entre os Programas do Governo Federal, encontram-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

tradicional das mulheres locais cujo aprendizado das técnicas de produção é passado de mães para filhas; b) promoveu a valorização da atividade, proporcionando bons rendimentos, e ampliou o poder aquisitivo das famílias (renda mensal média das famílias em 2010, em torno de R\$1.200,00), o que se evidencia nas moradias confortáveis, que dispõem de água, luz, equipamentos eletrodomésticos etc.; c) rompeu barreiras simbólicas definidas pela divisão sexual do trabalho e impostas pelos valores patriarcais; e d) refletiu positivamente na economia da região de Onça, conforme expressam os depoimentos das mulheres:

– *A mandioca é nossa redenção, nosso pão de cada dia. Aqui todo mundo ganha, não falta trabalho, é na planta, na raspa, no beiju, na tapioca, no biscoito, tem resultado.* (D. Dalva, beijuzeira, 39 anos).

– *Eu comecei indo pras feiras, fazia três feira, criei os filho assim, no beiju, eu que ia, agora não, eles é que vão, filho, genro, graças a Deus dá prá todo mundo, cada um tem seu ganho.* (D. Raimunda, beijuzeira, 64 anos).

– *Eu moro aqui, mãe aí do lado, meu irmão do outro, aqui cada um tem forno em casa. Meu marido trabalhava de garçom, na Ribeira, em Salvador, e eu tirei; ele largou prá ganhar aqui no que é seu: agora faz beiju e toca o negócio.* (Lindinalva, beijuzeira, 34 anos).

Em 1995, a Associação Comunitária foi premiada pelo Banco Mundial⁸, classificada em terceiro lugar. O concurso teve como objetivo selecionar e disseminar experiências inovadoras implementadas por organizações da sociedade civil e lideradas por mulheres. No momento da premiação, a associação era liderada e dirigida por mulheres. Entretanto, a necessidade de substituição dos quadros da organização cuja direção já se repetia por sucessivas gestões aponta uma situação de *desempoderamento*. A Associação da Onça passou a ser dirigida por um homem, antigo líder da comunidade, que assumiu o controle de todos os empreendimentos associativos. A ex-presidenta afirma que não pretende se reeleger e que as mulheres não se dispõem a assumir cargos de direção ou que

⁸ Em 1995, a Associação da Comunidade de Onça (ASCRON) concorreu à premiação promovida pelo Banco Mundial, com apoio do GDLN, GENFUND (Fundo norueguês/ holandês de apoio à inclusão de atividades de gênero nas operações do Banco Mundial), do Fundo de Apoio a Pequenos Projetos, Banco do Nordeste, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Cidadania.

implicam representação, sendo esta uma dificuldade concreta enfrentada pela organização. Segundo ela:

– *A associação é dirigida por um homem porque as mulheres não querem, ninguém aqui quer.*

As mulheres, por sua vez, argumentam:

– *Tem que representar, tem que viajar e quem tem família não pode, o tempo não dá; ela [a ex-presidenta] gostava e podia, podia sim, com filho já criado.* (Valmira, 56 anos).

– *Eu acho que mulher não é própria pra essas coisas de venda, de banco, de dinheiro, os homens sabem mais, depois, mulher tem filho, casa, marido...* (Valdete, 28 anos).

Causa estranheza verificar que as mulheres participam, estão envolvidas e se sentem realizadas, individual e coletivamente, com o empreendimento associativo, porém não assumem o protagonismo político deste feito. O que explica o distanciamento das mulheres dos postos de decisão, de comando e da política? O que restringe e inibe a sua participação no poder? Em princípio, as causas são encontradas na discriminação histórica das mulheres, na falta de experiência acumulada nestas áreas de atuação e na resistência dos tradicionais ocupantes do poder em compartilhar os espaços de participação e decisão.

Ávila (2003, p. 649) contribui afirmando que, na reprodução da vida cotidiana, as desigualdades materiais e a dominação simbólica atuam como meios de produção de alienação e impedem o acesso à participação política. No caso das mulheres, há uma tensão entre o tempo do “agir” do sujeito político e o das tarefas da dupla jornada, dados pela divisão sexual do trabalho. A falta de tempo funciona como um bloqueio. A constituição de mulheres como sujeito está diretamente vinculada à abertura de novos espaços políticos e à liberação do tempo como ação transformadora.

No caso analisado, os depoimentos das mulheres revelam ambiguidades, ou seja, ainda que expressem sentimentos de realização e autonomia, seus discursos aparecem carregados de tensões e dificuldades frente ao processo de redefinição dos papéis atribuídos ao gênero. Neste caso, não se pode perder de vista que:

1) a liberação da mulher, não somente econômica, mas também, psicológica, social, cultural e política, se constitui em uma ameaça à identidade masculina e ao poder que lhe é conferido na família e nos espaços públicos comunitários;

2) na organização agrícola familiar, tempo, trabalho e recursos são desigualmente distribuídos entre homens e mulheres e a formação da identidade feminina resulta de experiências e aprendizados com base nesta distribuição;

3) a família, para os sujeitos deste estudo, joga um papel decisivo na reprodução dos valores patriarcais: é neste espaço, que se reproduzem os papéis e as relações hierárquicas de gênero, através de normas, valores, mitos e demais aparatos simbólicos; e

4) as mulheres rurais são moldadas para o mundo privado mediante aprendizados que resultam, predominantemente, da experiência e da educação familiar, cabendo-lhes reproduzir os modelos e valores apreendidos. Já os homens se qualificam para o mundo público, cabendo-lhes as relações externas, que envolvem contatos com agentes financeiros, venda da produção, compra de insumos, participação em reuniões e cursos, contato com técnicos e agentes institucionais, o que lhes confere valor simbólico na família e aprendizado para atuar nos espaços públicos do mercado e da política.

O baixo capital social de que dispõem as mulheres, portanto, modela seus interesses. Estes podem ser explicados, conforme Pierre Bourdieu (2003), pelos processos históricos e culturais, ambientes institucionais, estruturas sociais de dominação, uma “ordem das coisas” aparentemente normal ou natural, que faz perpetuar estilos de vida e visões de mundo que submetem homens e mulheres a uma estrutura hierárquica, sendo as mulheres colocadas em condições de desvantagem na maioria das sociedades e das famílias.

A autonomia econômica dessas mulheres poderia significar, para além da melhoria de suas condições de vida, a possibilidade de a mulher passar a dispor de recursos sob seu controle pessoal, ampliando o poder de decisão sobre seu uso, a perspectiva de transformar as tradicionais estruturas de dominação, influenciando, inclusive, as manifestações de violência presentes nestes contextos. Neste caso, admite-se que a desigualdade econômica entre homens e mulheres se constitui uma das fortes variáveis preditivas da prevalência da violência contra a mulher, visto que respalda, simbolicamente, o sentido de propriedade e de domínio que subjaz às relações de gênero no meio rural.

O que se coloca, portanto, em questão, é a realização de medidas supostamente dirigidas à mulher, mas que relegam a dimensão de gênero, resultando na ocultação e manutenção das estruturas de opressão. Naila Kabeer (2013) aponta os obstáculos operacionais que persistem, nos programas e projetos governamentais, para o empoderamento das mulheres, evidenciando como as desigualdades de gênero estão profundamente institucionalizadas e as relações de poder que estas expressam. Segundo a autora, as estratégias de transversalização da perspectiva de gênero (*gender mainstreaming*) só produzirão um impacto transformador na prática do desenvolvimento – no sentido da equidade social e *empoderamento* das mulheres – quando o gênero e as preocupações das mulheres adquirirem centralidade nas agendas públicas, tanto em termos ideológicos como institucionais, ao ponto de desencadear um processo de mudanças nas normas, prioridades e uma redistribuição substantiva de recursos. Reduzir o *empoderamento* da mulher apenas à possibilidade de torná-la produtiva ou com algum recurso financeiro não significa fazer justiça de gênero, não promove a equidade social e não recobre o sentido de *empoderamento*, conforme preconizado pelo projeto político feminista.

CONCLUSÕES

As reflexões expressas neste texto não pretenderam ser conclusivas. Sem subestimar as conquistas das mulheres nas agendas públicas, busquei problematizar o que tem resultado das intervenções governamentais voltadas para o combate à pobreza em comunidades rurais, no tocante ao *empoderamento* das mulheres. A seleção da Comunidade de Onça como estudo de caso para apoiar estas reflexões se deveu ao fato de esta experiência ser institucionalmente considerada bem sucedida (premiada) ou um trabalho exemplar com mulheres.

A análise dessa experiência ajudou a entender o já referido “abismo entre as aspirações feministas por mudanças sociais” e as mudanças concretas na vida das mulheres quando contempladas pelos programas governamentais. A história do feminismo, como bem ressalta Piscitelli (2008, p. 272), está marcada pela busca de ferramentas analíticas para compreender as distribuições diferenciadas de poder que situam as mulheres em

posições desiguais e, com base no conhecimento, modificar estas posições. Contudo, a despeito do vasto instrumental analítico e de ação disponível para a transformação das relações de gênero, a história tem mostrado que sua incorporação demanda um longo processo que implica concepções, valores, escolhas e definição de prioridades divergentes entre os diversos atores envolvidos nos diferentes âmbitos políticos (GUSMAN, 2001). Por enquanto, ainda temos que admitir, com Cornwall, Harrison e Whitehead, que “a noção de *gênero* tem se tornado uma ‘coisa’ que todos sabem que devem fazer algo a respeito, mas, tem sido incluído em tudo como algo secundário, diluído, desnaturado e despolitizado” (2013, s/p).

A análise da experiência das mulheres da Comunidade de Onça revelou melhoria das condições materiais destes sujeitos, mas, também, que este fato por si só não tem sido capaz de garantir o seu *empoderamento* – aqui entendido como a ampliação das liberdades e do poder político destas mulheres. Verificou-se que, na medida em que aumenta a importância econômica da produção de beijos, os homens tendem a exercer o controle desta atividade, até então protagonizada pelas mulheres, reproduzindo-se o domínio masculino.

Intervenções de corte economicista e assistencial, que caracterizam as políticas compensatórias de combate à pobreza, buscam atender à premência das necessidades materiais das mulheres, respondendo pelo déficit histórico das políticas públicas no meio rural, através de medidas necessárias e urgentes, mas que não incidem nos interesses estratégicos das mulheres e não garantem a transformação das relações de gênero. Faz falta nestas intervenções, a formação política destes sujeitos, através do repasse de informações, conhecimentos e habilidades que ajudem as mulheres a planejar e gerir sua vida pessoal, familiar e associativa. Investimentos na promoção de espaços públicos de interação entre mulheres, grupos e organizações sociais, agentes financeiros e demais instituições permitiriam abrir canais de diálogo nas relações políticas, além de propiciar trocas de experiência e enfrentamentos nos diferentes circuitos de poder.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia. Em que *Estado* está o feminismo latino-americano? uma leitura crítica das políticas públicas com ‘perspectiva de gênero’. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam (Org.). *Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e*

perspectivas para a ação feminista. São Paulo: SOF, 2000. p. 9-25. (Coleção Cadernos Sempre Viva).

ÁVILA, Maria Betânia. Pensando o Fórum Social Mundial através do feminismo. *Estudos Feministas*, v. 11, n. 2, p. 644-665, 2003.

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes. *A pobreza e as políticas de gênero no Brasil*. Santiago de Chile: CEPAL, jun. 2005. Serie Mujer y Desarrollo, 66.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORNWALL, Andrea; HARRISON, Elizabeth; WHITEHEAD, Ann. *Revista Feminismos*, v. 1, n. 1, jan./abr. 2013. Disponível em: <www.feminismos.neim.ufba.br>. Acesso em: 23 jun. 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUZMÁN, Virginia. *La institucionalidad de género en el Estado: nuevas perspectivas de análisis*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. Serie Mujer y Desarrollo, 32.

KABEER, Naila. Tradução Cecília M. B. Sardenberg. *Revista Feminismos*, Salvador, NEIM/UFBA, v. 1, n. 1, jan./abr. 2013. Disponível em: <www.feminismos.neim.ufba.br>. Acesso em: 23 jun. 2013.

LEÓN, Magdalena. Poder y empoderamiento de las mujeres. *Región y Sociedad*, v. XI, n. 18, 1999, Bogotá, Tercer Mundo Editores, Fondo de Documentación Mujer y Género de la Universidad de Colombia, 1997. Disponível em: <oficha.com/Project/etex/colzon/18/18_8>. Acesso em: 23 jun. 2013.

MELO, Hildete Pereira de. Gênero e pobreza no Brasil. In: MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes. *A pobreza e as políticas de gênero no Brasil*. Santiago de Chile: CEPAL, jun. 2005. Série Mujer y Desarrollo, 66.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

SARDENBERG, Cecília M. B. Análise dos Planos de Igualdade e Convenções/ Mecanismos Internacionais. In: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *Desenvolvimento de ações no campo da qualificação social e profissional para promoção da inclusão de trabalhadores e trabalhadoras*. mar. 2006.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: ALVES, Ivía; SCHEFLER, Maria de Lourdes;

VASQUEZ, Petilda; AQUINO, Silvia de. *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador-Bahia: EDUFBA/NEIM, 2010. p. 37-74. (Coleção Bahianas, 12).

SARDENBERG, Cecília M. B. *O enfoque de gênero: fundamentos teóricos e aspectos práticos*. Salvador: NEIM/UFBA, 1998.

SARDENBERG, Cecília M. B. Dossiê: Apresentação. *Revista Feminismos*, v. 1, n. 1, jan./abr. 2013. Disponível em: <www.feminismos.neim.ufba.br>. Acesso em: 23 maio 2013.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. O gênero da “nova cidadania”: o programa Mulheres da Paz. *Sociologia & Antropologia*, v. 1, n. 2, p. 147-164, 2011.